



GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

2004, 05, 06

Manuel Reis

[Handwritten signatures and scribbles]

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. João Bosco Mota Amaral

REQUERIMENTO N.º 1359/IX (2ª) - AC
6 de Maio de 2004

Assunto: **DESCARGAS ILEGAIS NA RIBEIRA DOS MILAGRES, EM LEIRIA**

Apresentado por: DEPUTADOS PAULO BATISTA SANTOS (PSD); JOSÉ ANTÓNIO SILVA (PSD); JOÃO CARLOS DUARTE (PSD) E DEPUTADA OFÉLIA MOLEIRO (PSD)

Nos termos legais e regimentais, os deputados subscritores, eleitos pelo círculo eleitoral do distrito de Leiria, requerem ao Governo, por intermédio do senhor MINISTRO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE, se digne responder, com urgência ao abaixo solicitado:

Desde o início do ano tem-se verificado descargas ilegais de dejectos suinícolas na ribeira dos Milagres, Leiria, com graves impactes ambientais em todo o sistema hidrográfico das bacias do Lis e Lena, até à própria foz do rio Lis, na Praia da Vieira.

Com efeito, foi o XV Governo Constitucional que viabilizou uma solução integrada para o tratamento dos efluentes suinícolas na região de Leiria, consubstanciada por uma solução técnica referenciada como um exemplo nacional que se pretende alargado a outras regiões do País.

flandre
7 MAI 2004
flandre



2

GRUPO PARLAMENTAR

O projecto conta com um forte empenhamento das Associações de Suinicultores, Autarcas e Administração Central, e concretiza-se através do desenvolvimento de uma solução integrada do saneamento das suiniculturas, com a construção de duas grandes ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) e sua respectiva integração no Sistema Multimunicipal (SIMLIS) já operante ao nível do tratamento dos efluentes domésticos na região de Leiria.

Neste objectivo, já se encontra constituída a empresa gestora do sistema - RECILIS - e o arranque da obra está previsto para o início de 2005, apontando-se o ano de 2006 como data de entrada em funcionamento de todo o sistema integrado de tratamento dos efluentes dos mais de três centenas de milhar de suínos que existem na região.

De facto, todos os agentes envolvidos neste processo têm a perfeita consciência que só após a implementação da actual solução, será possível eliminar todas as cargas poluentes oriundas das explorações suinícolas, todavia, no período intermédio até à solução definitiva, torna-se necessário minimizar o impacto ambiental das inúmeras explorações de suiniculturas.

Nesse sentido, foi igualmente estabelecido um conjunto de medidas intercalares que devem acautelar o controlo rigoroso das explorações existentes e seus efluentes, bem como proceder a descargas controladas em campos previamente definidos e acompanhadas por técnicos especializados. Ora, verificando-se o incumprimento das elementares regras de salubridade neste domínio, as entidades competentes devem proceder com a eficácia que se exige, sobretudo na defesa da qualidade de vida das populações locais e dos recursos hídricos envolvidos.

Face o exposto, são razões por que,



GRUPO PARLAMENTAR

Nos devidos termos constitucionais e regimentais, se requer a resposta do GOVERNO, com urgência, aos seguintes esclarecimentos:

1. Tendo presente que durante o ano de 2004 já foram levantados mais de duas dezenas de Autos (pelas respectivas forças de segurança), todos eles relacionados com descargas ilegais de efluentes de suiniculturas quer nas linhas de águas das Bacias Hidrográficas dos Rios Lis e Lena, quer em campos não autorizados, pergunta-se que medidas adicionais foram tomadas pelas Entidades competentes a funcionar no âmbito da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)?
2. Nas descargas ilegais na Ribeira do Vale de Água e Ribeira dos Milagres registadas no dia de hoje (6 de Maio de 2004), em que a GNR foi novamente chamada a intervir, tendo sido pelo menos num caso identificado o responsável, questiona-se qual será o procedimento das mesmas entidades face a mais este declarado crime ambiental?
3. Por último, solicita-se esclarecimentos sobre a implementação no terreno das designadas medidas intercalares de minimização dos impactes ambientais da actividade suinícola na região de Leiria, bem como solicita-se informação sobre as condições de funcionamento da ETAR da Raposeira (Leiria), propriedade dos Suinicultores da região, que segundo o Delegado Municipal da Protecção Civil de Leiria, corre sérios riscos de provocar um acidente ambiental?

Assembleia da República, 6 de Maio de 2004

Os Deputados do PSD,

Paulo B. Litz Santos
João Paulo B. Santos
[Signature]